

BOLETIM DE GREVE

2024 - Edição: 5



sindsifce.com.br



@sindsifce



DIA NACIONAL DE LUTA PELA EDUCAÇÃO FEDERAL



EM BRASÍLIA] Ocupação do MGI arranca retomada de negociações

Após cerca de duas horas ocupando, na última segunda-feira (3), uma sala do prédio do Ministério de Gestão e Inovação em Serviços Públicos (MGI), no bloco C da Esplanada dos Ministérios, representantes dos Comandos Nacionais de Greve (CNGs) e das diretorias do ANDES-SN e do Sinasefe garantiram uma nova agenda de negociações para a próxima semana. Em frente ao MGI, integrantes dos CNGs da Educação Federal realizavam uma vigília em apoio à ocupação.

Foi confirmado o agendamento de reuniões no dia 11 com TAEs e no dia 14 com docentes, ambas no Ministério da Educação.

A decisão se deu após a reunião com representantes do governo ser interrompida pelo Secretário de Relações de Trabalho, José Lopez Feijóo, sem apresentação de uma agenda para a continuidade das negociações.

Feijóo reiterou a proposta apresentada nas últimas reuniões, a mesma que já foi amplamente rejeitada pela categoria docente e que está incluída no acordo suspenso por uma liminar judicial, assinado com a entidade fantasma Proifes em 27 de maio.

Diferente da reunião anterior, o encontro da última segunda-feira contou com a presença de Fernando Antônio dos Santos Matos, da Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação (Sesu/MEC), e das deputadas federais Fernanda Melchionna (PSol/RS) e Dandara Tonantzin (PT/MG). Apesar de uma postura mais receptiva por parte dos representantes do Executivo Federal, o governo manteve a inflexibilidade em avançar nas negociações.

As deputadas federais, que assinaram uma carta em apoio à greve dos docentes federais, sugeriram a apresentação de um Projeto de Lei do Congresso Nacional (PLN) para garantir a reposição da inflação de 2024, estimada em 3,69%, para os docentes federais. O PLN é uma proposta voltada para questões orçamentárias, de iniciativa exclusiva do chefe do Poder Executivo, analisada pela Comissão Mista de Orçamento (CMO), que emite um parecer sobre a matéria e é apreciada pelo Congresso Nacional. Segundo relatos da reunião, Feijóo indicou que, se as deputadas conseguissem articular o PLN e dialogar com a ministra Esther Dweck, as reuniões poderiam ser retomadas.

Dia de Luta pela Educação

Durante todo o dia, foram realizados atos em universidades federais, institutos federais e cefets de todo o país. Em Brasília (DF), os CNGs do ANDES-SN, Sinasefe e Fasubra realizaram ato em frente ao MGI.

Em Fortaleza] Manifestação supera expectativas

Centenas de professores, técnicos-administrativos e estudantes dos institutos e universidades federais do Ceará tomaram as ruas de Fortaleza em um ato marcante pelo Dia Nacional de Luta pela Educação Federal. A manifestação teve início na manhã de ontem (3). Os servidores se concentraram na Reitoria da UFC, onde participaram de atividades políticas e culturais, ainda pela manhã. Caravanas vieram de diversos locais do Estado para a grande caminhada. Às 14 horas, a multidão iniciou o percurso pelas ruas do Benfica e do Centro, em direção à Praça do Ferreira. Durante o trajeto, palavras de ordem e discursos ecoavam em defesa da educação pública, gratuita e de qualidade.

A organização do ato foi realizada pelo SINDSIFCE, SITUFCE e ADUFC.



Só a luta muda a vida

Em Brasília, concomitantemente, acontecia a mesa de negociação, que resultou na formalização de encontros previstos para 11 de junho, para discutir a carreira TAE e em 14 de junho, para tratar da carreira docente.

A mobilização em Fortaleza se soma a outras manifestações que estão acontecendo em todo o país em defesa da educação federal. A conquista da retomada da mesa de negociação é um passo importante na luta por melhores condições de trabalho para os servidores da educação federal e pela valorização da educação pública no Brasil.

Apesar das mobilizações intensas dos últimos meses, as negociações entre os sindicatos e o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI) ainda não avançaram. O governo insiste em manter reajuste 0% para 2024, além da negativas para as demandas não econômicas.

Por outro lado, a proposta apresentada pelo governo federal foi aceita pela Proifes (Federação de Sindicatos de Professores e Professoras de Instituições Federais de Ensino Superior e de Ensino Básico Técnico e Tecnológico), uma das entidades sindicais. Porém, na última quarta-feira, 29, o acordo foi derrubado pela 3ª Vara Federal de Sergipe, após decisão do juiz Edmilson da Silva Pimenta.

Avaliação do Comando

O Comando Geral de Greve do IFCE informou que o ato superou as expectativas, com grande contingente de servidores ocupando as ruas do centro da cidade, chamando a população para a defesa da causa justa. A participação expressiva da comunidade do IFCE reforça a importância da instituição na luta por um futuro melhor para a educação brasileira.

Importante destacar que a conquista da retomada da mesa de negociação é um resultado direto da força e da união dos trabalhadores da educação em todo o país.

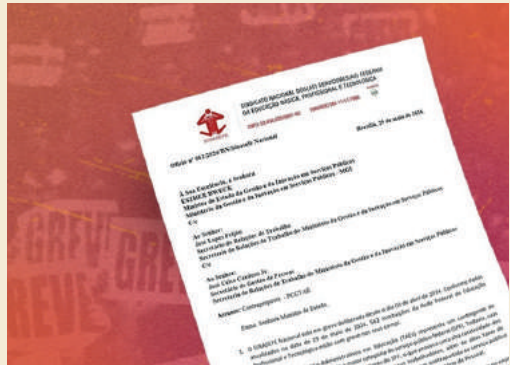
Escaneie o QR Code ao lado e fique por dentro de todas as notícias sobre a Greve.



PCCTAE: CONHEÇA A NOVA PROPOSTA EM DETALHES PROTOCOLADA NO MGI

Na 191ª Plenária Nacional, realizada em 26 de maio de 2024, os Técnicos em Educação do SINASEFE decidiram não acompanhar a proposta da Fasubra. Após votação, foi aprovada a proposta do Sintef-PB.

No dia 30 de maio, Fasubra e Sinasefe protocolaram no Ministério da Gestão e Inovação (MGI) as propostas das entidades. A contraproposta do SINASEFE, aprovada na 191ª Plenária, foi formalizada com os seguintes parâmetros e linhas gerais:



1. Construção de malha remuneratória, tendo como referência o piso dos cargos de Nível E de classificação, e os demais níveis possuindo as seguintes correlações:

- Piso do Nível de Classificação A: correlação de 39% em relação ao piso do Nível E;
- Piso do Nível de Classificação B: correlação de 40% em relação ao piso do Nível E;
- Piso do Nível de Classificação C: correlação de 60% em relação ao piso do Nível E;
- Piso do Nível de Classificação D: correlação de 61% em relação ao piso do Nível E.

2. Reajuste de step para o percentual de 4,5%, em janeiro de 2025.

3. Recomposição salarial – aplicada ao piso de referência do Nível E – considerando os seguintes percentuais:

- 4% para o ano de 2024;
- 9% para o ano de 2025;
- 9% para o ano de 2026.

4. Implantação da aceleração por capacitação, conforme proposta apresentada no relatório construído pelo grupo de trabalho realizado na Comissão Nacional de Supervisão da Carreira (CNSC) do PCCTAE, em conjunto com o MEC, MGI, representantes institucionais da ANDIFES, CONIF e as entidades sindicais.

5. Implantação do RSC (Reconhecimento de Saberes e Competências) para janeiro de 2025, tendo como parâmetro de construção o modelo protocolado pelo SINASEFE junto ao MGI/MEC, com prazo de 90 dias para regulamentação na CNSC do MEC.

Foi confirmado o agendamento da reunião com os TAES, no dia 11/06, no Ministério da Educação.

GREVE 2024| SINDSIFCE PARTICIPA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA NO SENADO FEDERAL



A Comissão de Educação e Cultura (CE), do Senado Federal, realizou audiência pública na quarta-feira (5) com representantes do governo e de sindicatos para debater a greve dos docentes e técnicos em educação das universidades e institutos federais. O debate foi coordenado pelo senador Esperidião Amin (PP-SC). Lídia Farias, diretora do SINDSIFCE, acompanhou o debate.

O requerimento (REQ 46/2024 - CE) foi apresentado pelo senador Flávio Arns (PSB-PR).

EM TEMPO - O SINDSIFCE realizou a transmissão da Audiência, no Auditório da Reitoria do IFCE.

A senadora Professora Dorinha Seabra (União-TO), que presidiu o início da reunião, expressou solidariedade ao movimento e demonstrou preocupação com os prejuízos que a paralisação poderá trazer.

– Realmente a situação é bastante grave no que se refere à carreira e, principalmente, em uma carreira estratégica. Na minha leitura, o funcionamento dos institutos e das universidades é um conjunto de trabalhadores e profissionais da educação – professores e pesquisadores – afirmou a senadora.

O representante da Federação dos Técnicos em Instituições de Ensino Superior (FASUBRA), Daniel Lucas Soares Souza Farias, protestou contra o achatamento salarial da categoria.

– É importante a gente entender que a nossa categoria passou ao longo dos últimos anos por uma política de empobrecimento. Hoje é a categoria que tem a pior remuneração no serviço público federal. Para vocês terem uma noção, hoje um servidor que entra no nível médio da carreira recebe menos do que dois salários mínimos. Isso não tem precedente no serviço público federal.

Leewertton de Souza Marreiro, falando pelo Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica (SINASEFE), lamentou que não exista reciprocidade entre a remuneração e o tamanho e a importância da categoria. Ele explicou que ela tem quase 95% dos seus profissionais com nível superior, mas que está sendo preterida em relação a outras carreiras.

– É uma categoria que não se pode deixar de lado. A categoria dos técnicos administrativos em educação é a maior categoria de servidores públicos do país. É uma categoria que sempre esteve do lado da democracia neste país. Mas hoje, infelizmente, não está tendo a atenção merecida e necessária por parte do governo federal – afirmou.

Apesar de um comunicado do Ministério da Gestão em maio informando sobre o encerramento das negociações, ainda não há definição sobre a assinatura de um acordo. As entidades acusam o governo de intransigência e pedem a continuidade das negociações.

Participaram: coordenador jurídico da Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-Administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil (Fasubra), Daniel Farias; integrante da Comissão Nacional de Supervisão da Carreira do Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica (Sinasefe), Leewertton de Souza Marreiro; presidente eventual da CE, senador Esperidião Amin (PP-SC); diretor do Departamento de Relações de Trabalho no Serviço Público do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, Mário Barbosa; tesoureira do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes-SN), Jennifer Susan Webb; coordenador-geral do Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica (Sinasefe), Carlos David de Carvalho Lobão.

ARTICULAÇÃO DO SINDSIFCE E TAES NA LUTA

A audiência foi resultado de uma solicitação da Diretora do SINDSIFCE, Lídia Farias, em uma longa articulação com o TAES NA LUTA.

A decisão para realização da audiência foi tomada durante a 27ª Reunião da Comissão de Educação e Cultura, realizada no dia 21/05. O Senador Flávio Arns, presidente da Comissão, ressaltou a importância da audiência para o debate amplo e democrático da situação. “Há um anseio muito grande da sociedade, já que a greve se estende por um período considerável. Através da audiência pública, poderemos, como

Comissão de Educação, aprofundar o debate com a participação da sociedade civil, buscando soluções para o impasse”, disse na ocasião.



Escaneie o QR Code ao lado e fique por dentro de todas as notícias sobre a Greve.

